

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 1
Janeiro/Junho 2014
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

| | | | | | |
|------------------------|----------------|-------|------|-----------|--------------|
| Revista Praia Vermelha | Rio de Janeiro | v. 24 | n. 1 | p. 01-288 | Jan/Jun 2014 |
|------------------------|----------------|-------|------|-----------|--------------|

EDITORIAL

Embora a Cidade do Rio de Janeiro apareça no foco das atenções (não só do Brasil, mas num processo crescente, a nível mundial) quando o assunto gira em torno dos megaeventos esportivos, não podemos deixar de considerar que outras tantas cidades brasileiras e do mundo vêm, cada vez mais, sendo impactadas, direta ou indiretamente, por intervenções urbanas cujo propósito relaciona-se ao sedimento/acolhimento de eventos nacionais e internacionais de grande porte, sejam eles de cunho cultural, esportivo ou religioso.

A experiência vivida por Barcelona, em 1992, ao tornar-se sede dos Jogos Olímpicos, talvez seja, de fato, o “mito fundador” desse fenômeno. Contudo, seria ingenuidade pensarmos que o que se convencionou denominar “Modelo Barcelona”, embora inspirador, ainda seja (se é que algum dia foi) seguido *Ipsis litteris*. A bem da verdade, o que se constata é que a atração de megaeventos, de uma maneira geral, têm se constituído como mais um, dentre tantos outros elementos/fenômenos que - diante da inelutabilidade da globalização da economia, do papel estratégico assumido pelas cidades na contemporaneidade e dos novos paradigmas que orientam o planejamento urbano (obviamente em consonância com a lógica do mercado) - acabam por explicitar não só a competitividade intercidades, mas, sobremaneira, por contribuir para o estabelecimento de novas formas de gestão, para a reestruturação física, para a alteração da dinâmica cultural e para aprofundamento das desigualdades socioespaciais no interior de cada uma delas. Tudo isso, sem dúvida, ancorado numa enorme mobilização de elementos simbólicos, tendo em vista a adesão dos cidadãos aos projetos desenhados para a cidade.

O “modelo” catalão – elevado a décima potência em muitas cidades do mundo, e no Rio de Janeiro em especial – teve nas figuras de Jordi Borja e Manoel de Forn seus principais mentores intelectuais e difusores. Transmutados em consultores, *experts* no assunto, espalharam pelo mundo “o sonho olímpico” não como meta de desportistas em busca do pódio ou da consagração pela via do esporte, mas como propósito de cada cidade por galgar um lugar diferenciado, exclusivo, num mercado que as coloca em disputa e que exige de cada uma delas a explicitação de seu diferencial, de sua marca, de suas vantagens locais, de modo que sejam capazes de atrair investidores e consumidores qualificados.

O modelo de planejamento urbano que ora se apresenta como hegemônico, sobretudo nas principais cidades do mundo – o chamado planejamento estratégico – só pode ser melhor compreendido à luz da ofensiva neoliberal que, pós Consenso de Washington (1989), demandou um ajuste estrutural nas economias nacionais e, conseqüentemente, novas formas de gestão urbana, onde o Estado deixaria de ser o definidor/empreendedor prioritário das intervenções, passando a “dividir” com a iniciativa privada as orientações do urbanismo pretendido. A flexibilização que marca as relações na esfera da economia chegariam, assim, à gestão urbana, numa parceria entre Estado e Mercado. É o planejamento “*market friendly*” e “*market oriented*”. Vainer (2011, 12-13), remetendo-se a Ascher, analisa os elementos que confrontariam/oporiam o urbanismo moderno ao pós-moderno:

No lugar do “interesse comum”, ter-se-ia entronizado o reconhecimento (da legitimidade) da multiplicidade de interesses. A razão teria cedido lugar à negociação, enquanto a norma geral se apagaria em benefício dos acordos caso a caso.

O neourbanismo privilegia a negociação e o compromisso em detrimento da aplicação da regra majoritária, o contrato em detrimento da lei, a solução ad hoc em detrimento da norma

Geridas como empresas, o que se constata nas novas formas de administração das cidades e nas ações que nela se apresentam vão desde a flexibilidade regulatória, passando pelas Parcerias Público-Privadas, chegando a intervenções urbanas fragmentadas, pontuais, excludentes, que possuem grande potencial de valorização de determinadas áreas, o que tem gerado situações de “higienização urbana”, com a retirada de segmentos populacionais que possam macular a imagem que se pretende constituir e manter

em relação à cidade. Não que este fenômeno seja novo, posto que a limpeza social da cidade se recoloca nas intervenções do poder público, agora como mais uma dimensão da contrapartida estatal aos investimentos privados.

As áreas centrais – embora dotadas de grande valor histórico/patrimonial, mas em muitas cidades do mundo deixadas de lado em termos de investimento ao longo de décadas- voltam a atrair a atenção de investidores, sobretudo quando, a exemplo do sugerido por SOJA (1994), a cultura e o patrimônio tornam-se elementos fundamentais da chamada economia cultural das cidades – em outras palavras, a cultura é tornada estratégia de valor econômico.

A invasão das cidades, a partir dos anos 90 principalmente, por projetos de requalificação urbana demonstra, claramente, a existência de um certo consenso quanto à importância de se recuperar, preservar, revisitar e atualizar o passado, valorizar elementos da cultura local. Mas longe de ser, tão somente, o reconhecimento da relevância histórica e/ou cultural de determinados monumentos, símbolos ou práticas para a população de uma dada localidade, cidade ou país, tais ações, segundo SEOANE, têm se sustentado, em parte, pela

recuperación del patrimonio arquitectónico obsoleto y degradado [...orientando-se] a cubrir las necesidades de representación de la nueva economía y las demandas de consumo diferenciado de los nuevos sectores medio-altos, para quienes el patrimonio urbano rehabilitado reúne suficientes marcas distintivas capaces de aportar un plusvalor, tanto económico como de prestigio [...] El amplio consenso que suscitan este tipo de operaciones permite que pueden ser rentabilizadas a diferentes niveles (político, económico, cultural, etc.). Si en el movimiento italiano de los setenta, el proyecto de ciudad encerraba la gran utopía social de alcanzar una ciudad justa y solidaria, en este período el proyecto público consiste en ofrecer un buen producto a quien pueda comprarlo. (2001, 148-9)

Neste sentido, tem sido a tônica dos governos locais o investimento na recuperação e revitalização de sítios e prédios históricos detentores de alto conteúdo simbólico, deixando-os em plena sintonia com o atual estágio do capitalismo e com as demandas de consumo dos segmentos privilegiados. São os chamados processos “RE”, que se multiplicam evidenciando um suposto potencial de adequar a cidade às demandas do terciário avançado, tornando espaços obsoletos, degradados, ocupados por segmentos “desqualificados” em áreas valorizadas, dinâmicas, com “vitalidade”, contri-

buindo para processos de gentrificação/enobrecimento, redefinindo, em vários contextos, “o significado social de um lugar especificamente histórico para um segmento do mercado” (Zukin, 2000,87) e, com isso, retirando a população mais pobre – em geral, enviada para áreas bem distantes das áreas centrais da cidade, áreas essas não só desprovidas de infraestrutura urbana, mas também de postos de trabalho.

Em geral, as intervenções urbanas são levadas a cabo através das parcerias público-privadas que, tão logo estabelecidas, costumam se apoiar num forte apelo simbólico, onde os cidadãos são, a todo momento, estimulados a participar, a “vestir a camisa”, a torcer pelo sucesso da cidade. Um tipo de participação contemplativa – cujos projetos elaborados em gabinetes, junto a instâncias decisórias que não contemplam o assento e a voz do morador da cidade – que espera da população local a simples aquiescência em relação às propostas, em troca da promessa de dias melhores no futuro – traduzidos numa cidade mais organizada, desenvolvida economicamente, com mais empregos; no legado a ser deixado pelos eventos que sedia (os equipamentos, as melhorias em termos de infraestrutura, em mobilidade urbana; os investimentos em segurança); no reconhecimento internacional que poderá advir de tudo o que vem sendo realizado. Em certa medida, esse apelo também decorre de um sentimento de crise urbana, potencializado nos discursos dos governantes e da mídia, que faz com que grande parte dos moradores pense que “está tão ruim, que pior não pode ficar” e, por isso, “legítima” muitas das ações empreendidas. É como se intervenções voltadas para sediar grandes eventos, por exemplo, fossem capazes de fazer com que a cidade, tal qual Fênix, renascesse das cinzas, tendo como horizonte um futuro promissor.

Assim, a paisagem de cada cidade que se dispõe a sediar um megaevento vai sendo (re)edificada em torno e em função de interesses de grupos e instituições dominantes (empresários, organizações supranacionais, federações esportivas, etc), dando forma, como sugere Zukin, a uma assimetria de poder, “opondo as intervenções dos poderosos à chancela dos sem poder” (2000, 84). Aos primeiros, cabe a tarefa de difundir junto aos demais a ideia de que um megaevento esportivo pode se constituir na “única via para o desenvolvimento”, daí a necessidade do consenso, da adesão, numa tentativa de anulação de quaisquer discussões ou iniciativas que ponham em xeque o propósito buscado. E quando, por ventura, emergem dissidências, despontam notas dissonantes, parte-se para a criminalização, numa

tentativa de fazer calar as vozes que se opõem ou denunciem os desmandos e violações de direitos realizados “em nome dos jogos”.

Como uma evocação a “Zeus” se instaura no Brasil uma nova (i)legalidade, o “Ato Olímpico” de 2009 (Lei 12.035) e subsequentes leis, decretos, medidas provisórias, entre outras inspirações jurídicas e administrativas, para abrir passo a excepcionalidades e privilégios para alguns e desposseção e punição para a grande maioria da população local.

Medidas e estruturas “excepcionais” de gestão acabam por virar regras, uma clara afronta a direitos historicamente constituídos, como à moradia, à saúde, à educação, ao ir e vir, à manifestação política. Algumas práticas passam a ser naturalizadas, banalizadas, como recolhimentos compulsórios de população em situação de rua, repressão a vendedores ambulantes, remoções de moradores de áreas consideradas estratégicas ou de “risco”, abusos cometidos por policiais, dentre outros.

A “cidade de exceção”, pré-requisito obrigatório para sediar grandes eventos, se constrói violenta e vertiginosamente nas guinadas de uma nova institucionalidade globalizada de acordo com as exigências dos organizadores internacionais, mesmo tratando-se de multinacionais privadas.

Coloca-se toda uma sorte de exigências, feitas pelas organizações esportivas ou outras (promotoras/organizadoras do evento), não só em relação à infraestrutura, mas também quanto à segurança. Em cidades como da África do Sul, sedes da FIFA World Cup/2010, ou aquelas brasileiras, que sediaram o mesmo evento em 2014, a desigualdade social e a violência gritavam, tornando-se uma preocupação dos organizadores. Como o equacionamento de tais questões demandaria transformações estruturais, incompatíveis com o modelo econômico e com o perfil assumido pelo Estado na contemporaneidade, investiu-se no quesito segurança, a exemplo do que demonstra Wacquant, ao mencionar a globalização da chamada “tolerância zero” que, segundo o autor,

faz parte de um tráfego internacional mais amplo de fórmulas políticas que une o império do mercado, a redução dos gastos sociais e a ampliação penal. O “Consenso de Washington” sobre a desregulação econômica e a retração do welfare estendeu-se para abranger, de fato, o controle punitivo do crime em uma chave pornográfica e gerencialista, pois a “mão invisível” do mercado suscita o “punho de aço” do Estado penal. (2012, 13)

Na cidade de exceção justifica-se a entrega de patrimônio público para fins de lucratividade privada, mas também, em nome de um “possível legado”, justifica-se a remoção forçada de milhares de famílias, arrancadas das suas casas pela força policial, justifica-se a inclusão de novos “tipos penais” e de um aparelho de segurança máxima a ser acionado diante de qualquer ameaça, real ou imaginária, à concreção das festas esportivas, e, ainda, justifica-se a suspensão de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores: o direito a greve, à educação, o acesso à saúde, ao lazer ...

Não obstante as assimetrias de poder entre investidores, públicos e privados, e as populações atingidas pelas decisões sobre os rumos das cidades-sede de eventos de grande porte, a presença de coletivos, movimentos e organizações sociais desvenda e dá voz à cidade oculta e silenciada pelas “barreiras acústicas” e pelas ações policiais.

As resistências ao modelo de acumulação excludente - que se desenha nas cidades desde a década de 1990 e assume formas mais acabadas com a construção da imagem de cidade global ao longo dos eventos acontecidos em várias partes do mundo - crescem e se articulam para enfrentar e dar visibilidade aos efeitos nocivos desses acontecimentos: dívidas públicas enormes, remoções de comunidades, distribuição desigual de recursos, corrupção, superfaturamento de obras, equipamentos esportivos inutilizados ou subutilizados, assim como a militarização dos espaços das cidades.

Os movimentos de resistência aos mecanismos de imposição de um tipo particular de globalização urbana, tem se alastrado em várias cidades do mundo (Atenas, Barcelona, Cidade do Cabo, Johannesburgo) e mais recentemente nas várias cidades-sede do Brasil.

Visando contribuir ainda mais para o debate sobre a temática dos megaeventos e sobre os interesses, “modelos” e processos que estão na sua origem e, ao mesmo tempo, também lhe dão forma e inteligibilidade, os artigos que compõem este número da revista Praia Vermelha, cujo eixo aborda a cidade e os megaeventos, assumem de início duas posições analíticas que, embora não contraditórias, procedem a apropriações diferentes dos objetos em análise. Por um lado, um conjunto de autores que entendem os eventos esportivos, culturais e científicos como detonadores de processos urbanísticos particulares, e por outro, aqueles que erguem seus argumentos de análise e interpretação sobre as mudanças recentes nas cidades enquanto decorrência de processos político econômicos em escala

mundial, entre os quais os grandes eventos podem ter a sua significância reduzida a momentos manipulados por interesses externos às expectativas e apelos comemorativos.

A cidade do Rio de Janeiro ocupa lugar de destaque nos artigos desta edição. Numa perspectiva histórica, *Rafael Gonçalves* destaca eventos internacionais tanto no início do século XX, quanto os atualmente em processo de execução, como importantes mecanismos para alavancar a cidade e promover alguns espaços degradados. O autor se propõe a revisitar dois momentos históricos de importância relevante por suas radicais intervenções urbanísticas e pelos impactos que causaram na cidade.

Uma análise sobre o conteúdo ídeo-político do planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro em tempos de megaeventos e os efeitos sociais das intervenções no espaço, é a contribuição analítica de *Ludmila Paiva* sobre as particularidades da articulação de um conjunto de elementos jurídicos normativos e de interesses que se agregam sob a égide de um modelo de planejamento urbano neoliberal, acarretando inúmeros transtornos às camadas mais empobrecidas e aprofundando a segregação sócio territorial nesta cidade.

Ainda no intuito de revelar os aspectos nocivos das intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro, *Tatiana Borin* constata que enquanto alguns setores da sociedade são privilegiados por investimentos em infraestrutura e serviços, outros sofrem com a violência policial das ações de segurança pública e limpeza social da cidade. Este ataque frontal e sistemático à moradia, à mobilidade urbana e ao direito ao trabalho, tem resultado na conquista de uma articulação popular de defesa dos direitos humanos que se espalha por todas as cidades brasileiras: os Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas.

As transformações urbanas no Rio de Janeiro a partir do conceito de cidade “commodity” é o foco do artigo de *Paloma Maricato*, em referência a um modo de gestão urbanístico empresarial liderado por interesses mercadológicos que buscam ao mesmo tempo atrair investimentos internacionais e legitimidade social através da construção de uma imagem-síntese da cidade.

Camila Leite se debruça sobre o legado dos megaeventos internacionais na política de esporte e lazer no Rio de Janeiro, particularmente para as áreas mais pobres dessa cidade. Analisa os resultados de eventos esportivos internacionais recentes e suas implicações nas ações de promoção social e cidadania, questionando a possível repetição de uma experiência bastante limitada.

A cidade de Salvador, uma das sedes dos jogos da COPA 2014, ganha destaque como referência empírica das pesquisas de *Ewerthon Vieira* sobre os esforços direcionados para a construção de uma imagem atrativa ao consumo cultural dessa cidade durante o megaevento, transformando aspectos e lugares identitários do povo baiano em meros componentes de marketing urbano.

A recorrência aos processos de produção da cidade, que historicamente fragmentam e distanciam habitantes de espaços intraurbanos através da provisão seletiva de infraestruturas, mobiliário e equipamentos, segue a lógica de valorização do mercado, resultando em áreas com acesso a bens e serviços cada vez mais sofisticados que alargam a distância social com a vizinhança de precariedade urbanística visível. A segregação socioespacial, fenômeno inerente à produção do espaço no capitalismo, é o núcleo central de várias reflexões sobre os impactos da atual renovação urbana no Brasil e no mundo. *Guilherme Simões* enfatiza o papel do mercado da construção e da especulação imobiliária que ganham destaque na organização do espaço urbano em época de megaeventos, cuja lógica de intervenção urbanística em consonância com o poder público intensifica a segregação sócio territorial valendo-se de práticas autoritárias, e mesmo violentas, que encontram seus limites nos embates travados pela organização dos movimentos sociais.

A segregação socioespacial é também objeto das reflexões de *Adriana Ilha* que busca as determinações desse fenômeno no papel do Estado como principal responsável pela oferta, cada vez mais sofisticada, das condições gerais necessárias à reprodução do capital, em contraste com os investimentos destinados às condições de vida da classe trabalhadora, resultando num espaço urbano perpassado por desigualdades sociais.

Nessa linha também destacamos o artigo de *Raphael Martins*, que sustenta que as atuais reformas urbanas não são simples decorrência dos chamados megaeventos, e sim componentes de uma estratégia do atual processo de reprodução do capital que se apropria do mercado urbano em escala global, em simultâneo com os processos de reestruturação produtiva e reformas de Estado de inspiração neoliberal.

A problematização da categoria território, como componente fundante dos processos de produção do espaço no capitalismo tardio e eixo estruturante das formas de intervenção do Estado é tema central do artigo

de *Maria Helena Elpidio Abreu* e contribuição imprescindível para pensar a territorialização das políticas sociais neoliberais em sociedades como a brasileira, inserida de forma subordinada e dependente aos ditames do capitalismo hegemônico.

Com base em alguns escritos de juventude de Marx e no diálogo com autores contemporâneos, *Ricardo Rojas Fabres*, tece argumentos que sustentam a necessidade de recolocar questões normativas como determinantes para uma prática emancipatória e aponta a implementação da “renda básica de cidadania” como caminho alternativo para a superação das condições indignas e alienantes da exploração do trabalho.

A entrevista realizada para este número da Revista Praia Vermelha, por Luiz Chauvet e Ludmila Paiva, a *Miguel Lanzellotti Baldez*, - advogado, professor e ativista de longa data na área jurídica, defensor e assessor de movimentos populares nas reivindicações por moradia digna no campo e na cidade -, contribui para situar historicamente a ação política dos movimentos na atual conjuntura política brasileira, que ele define como “ditadura dissimulada”. De fala mordaz e opiniões polêmicas Baldez orienta os ativistas a fazerem uma leitura mais atenta da história para compreender o presente.

Marcos Giraldes nos apresenta uma resenha crítica de *O Capital no século XXI*, um dos livros mais comentados dentro e fora dos círculos acadêmicos. Thomas Piketty, pesquisador da École des Hautes Études en Sciences Sociales oferece um estudo rico em dados e análises sobre o capitalismo contemporâneo que o autor da resenha nos instiga a ler.

Eis, enfim, mais um número da Revista Praia Vermelha, resultado de um esforço coletivo, propondo-se a contribuir não somente para o aprofundamento da temática específica que lhe nomeia, mas, sobretudo, para demonstrar o protagonismo assumido hoje pela CIDADE tanto como “objeto de reflexão” quanto “campo empírico” partilhado por diferentes disciplinas/ramos do saber. Que os artigos aqui apresentados nos sirvam para compreender que nenhuma cidade pode ser, como nos diria Calvino, uma Bersabéia terrena que toma uma outra (a celeste) como modelo a ser buscado/desejado: uma “*cidade de ouro maciço, com tarraxas de prata e portas de diamante, uma cidade-joia, repleta de entalhes e engastes, que supremas e laboriosas pesquisas, aplicadas a matérias de supremo valor, podem produzir*”. (2003, 47) Por outro lado, não existe uma cidade totalmente indigna no subterrâneo, como alguns também ousam defender. Nesse sentido, gostá-

ríamos de concluir com a reflexão de Calvino, que demonstra quão contraditória pode ser a cidade e tudo o que se pensa sobre ela:

Preocupada em acumular os seus quilates de perfeição, Bersabéia crê que seja virtude aquilo que a esta altura é uma melancólica obsessão de preencher os receptáculos vazios de si mesma: não sabe que os únicos momentos de abandono generoso são aqueles em que se desprende, deixa cair, se expande. Todavia, no zênite de Bersabéia gravita um corpo celeste que refulge com todo o bem da cidade, reunido em torno do tesouro dos resíduos: um planeta que desfralda cascas de batata, guarda-chuvas quebrados, meias gastas, cintilantes cacos de terracota, botões perdidos, embalagens de chocolates, lajeado de bilhetes de bonde, fragmentos de unhas e de calos, cascas de ovo. Essa é a cidade celeste e em seu céu correm cometas de cauda longa, emitidos para girar no espaço como o único ato livre e feliz de que são capazes os habitantes de Bersabéia, cidade que só quando caga não é avara calculadora interesseira. (2003, pp.47-48)

*Gabriela Maria Lema Icasuriaga
Rosemere Santos Maia*

Referências Bibliográficas

- CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo, Biblioteca Folha, 2003.
- SEOANE, Maria Luisa Lourés. Del concepto de “monumento histórico” al de patrimonio cultural. In Ciencias Sociales, vol 1, nº 94. Costa Rica, 2001.
- SOJA, Edward. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso. In SANTOS et al (Org). Território - Globalização e fragmentação. São Paulo: ANPUR:HUCITEC, 1994.
- VAINER, Carlos. Prefácio. In Mascarenhas, Gilmar et Al. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011. P.9-16.
- WACQUANT, Löic. A tempestade global da lei e ordem: sobre punição e neoliberalismo. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 41. p. 7-20, fev. 2012.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas – mapeando cultura e poder. In ARANTES, Antonio A. O espaço da diferença. Campinas, Papirus, 2000. P. 80-103.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues
VICE-DIRETOR

Marcelo Braz
DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Gabriela Maria Lema Icasuriaga
(ESS-UFRJ)
Rosemere Santos Maia (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT,
Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota
(UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima
(UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS),
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-
Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa
dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga
(PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de
Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes
(University College London - Inglaterra),
Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena
Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete
Simionatto (UFSC-SC), José Fernando
Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de
Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim
(UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes
(UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-
RJ), Margarita Rosas (Universidad de La
Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck
(PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva
(UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de
Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria
Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria
Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia
Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy
(EHSS-França), Monica Dimartino
(Universidad de La Republica de Uruguay-
Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-
SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-
DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP),
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana
Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio
Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School
of Economics-Inglaterra), Valéria Forti
(UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP),
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de
Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi
Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil